

crescimento do Brasil e as peculiaridades setoriais de expansão da vida nacional.

Vejo, aqui, condignamente representados, os órgãos e entidades da mais larga projeção no País, consumidores e produtores de tais elementos informativos.

A Fundação IBGE está certa de que as atuais Conferências virão trazer às investigações, pesquisas e levantamentos estatísticos, bem como aos estudos geográficos levantamentos geodésicos e topográficos e ao mapeamento do Brasil, reajustamentos e impulsos novos, em decorrência dos contatos e trocas de idéias entre os participantes deste promissor encontro.

E devo assegurar que, como no passado, a Fundação IBGE dará o melhor dos seus esforços no sentido de cumprir e realizar as Recomendações das presentes Conferências.

Passo agora ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral a Presidência desta sessão de Instalação dos Trabalhos da II Conferência Nacional de Estatística e da II Conferência Nacional de Geografia e Cartografia”.

O texto do discurso do Ministro João Paulo dos Reis Velloso, de abertura dos trabalhos das Conferências, está programado no Boletim Geográfico n.º 232, jan.-fev./73 motivo porque deixamos de aqui transcrevê-lo.

A sessão de encerramento das Conferências realizou-se no dia 9 do corrente, sob a Presidência do Professor Isaac Kerstenetzky. Ao dar por findos os trabalhos da II CONFEST e da II CONFEGE o Presidente da Fundação IBGE aludiu inicialmente o volume dos trabalhos levados a cabo nos doze dias de duração das Conferências e ao amplo repertório de recomendações produzidas, ressaltando a importância dessa contribuição para o prosseguimento das atividades da Fundação IBGE. Assinalou o caráter e o sentido dessas atividades, salientando constituírem elas um sistema articulado, abrangendo informações, pesquisas e planejamento com vistas ao apoio necessário e fundamental à política de desenvolvimento do País e à visão prospectiva desse desenvolvimento.

Ressaltou, ainda, o Professor Isaac Kerstenetzky o valor do relacionamento cada vez maior entre a Fundação IBGE e os usuários de estatística, geografia e cartografia, afirmando que,

dentro dessa orientação, até o próximo encontro geral — a III CONFEST e a III CONFEGE — seriam promovidas reuniões parciais com os usuários para tratar de segmentos dos trabalhos de interesse comum. Por último, o Presidente da Fundação IBGE apresentou às instituições que se fizeram representar nas Conferências e a todos os participantes os melhores agradecimentos pela alta contribuição que haviam trazido ao completo sucesso do importante encontro.

RESULTADOS DA II CONFEGE. Pelas Normas Básicas, coube à II CONFEGE examinar os programas de atividades geográfico-cartográficas das entidades públicas e particulares, bem como as necessidades e prioridades dos órgãos usuários de informações geográfico-cartográficas, visando à indicação de diretrizes para uma ação conjugada de esforços de âmbito nacional nos campos da geografia e da cartografia, assim como suas implicações na programação Estatística.

A II CONFEGE apreciou, na área geográfica e cartográfica, documentos apresentados pela Fundação IBGE, e por técnicos ou instituições especializadas convidadas.

Esses documentos estão transcritos em número especial do Boletim Informativo editado pelo IBG.

Regionalização — Estado Atual das Pesquisas no IBG

Os estudos dos processos da regionalização e da estrutura espacial do País incluídos nestes estudos, centralidade, relação cidade-campo, fluxos, áreas metropolitanas e padrões de produção e consumo, vêm alcançando, no Instituto Brasileiro de Geografia, altos índices de aplicabilidade operacional.

Seguindo recomendações constantes da I Conferência Nacional de Geografia e Cartografia, os estudos de regionalização do espaço brasileiro, desenvolvidos no Departamento de Geografia, foram apresentados, inicialmente, no artigo “Divisão Regional do Brasil” (GALVÃO, Marília Velloso e FAISOL, Speridião), publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, ano 31, n.º 4.

Fugindo à formulação de uma divisão regional eclética que servisse a todos os fins, esses estudos caminharam no sentido de elaboração de divisões regionais específicas atendendo a três objetivos.

1 — *Fins Estatísticos*. Tomando-se por base os conceitos e critérios de regiões homogêneas, nesse modelo o espaço homogêneo definido como forma de organização, em torno da produção, foi expresso por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos e permitiu a individualização de áreas que se indentificassem por certa forma de combinações desses fatos dentro de determinado nível de generalização. Dentro de cada Estado, quanto menor o grau de generalização e maior o número de elementos geográficos considerados, menores e mais numerosos foram os espaços diferenciados.

O resultado final desse estudo, documentado em publicação do IBG-*Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas* — apresenta o espaço brasileiro dividido em 361 unidades homogêneas, e serviram de base para tabulação de dados estatísticos a partir do Censo de 1970, em substituição às antigas zonas fisiográficas.

2 — *Fins de Descentralização de Ação Administrativa*. Constituindo o segundo modelo da Divisão Regional do Brasil e tendo por resultado a recente publicação da *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, nesses estudos 718 centros urbanos brasileiros foram hierarquizados a nível nacional.

Estruturando o espaço brasileiro dentro de um esquema de dominância e subordinação, segundo modelo idealizado a partir de conceito formulado por HAGGETT E CHORLEY, esses centros foram classificados em quatro níveis: centros metropolitanos, centros regionais, centros sub-regionais e centros locais.

O principal objetivo dessa classificação das cidades brasileiras foi servir de modelo na orientação da política regionalizada do desenvolvimento e na racionalização do suprimento dos serviços de infra-estrutura urbana, pela distribuição espacial mais adequada desses serviços, introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal favorecendo, assim, à ação administrativa.

3 — *Fins de Planejamento*. Destinados a definir uma divisão regional de modo a oferecer informações básicas às políticas de desenvolvimento econômico, esses estudos, nesse nível, encontram-se ainda em fase preliminar de levantamentos de dados e definição de critérios.

Curso para Orientadoras Pedagógicas da Guanabara

Subordinado ao tema geral “Aspectos da Geografia Econômica do Brasil”, o Instituto Brasileiro de Geografia da Fundação IBGE, através do Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO), vem de promover mais um Curso para Orientadoras Pedagógicas da Guanabara.

Iniciado em 26 de setembro, com aula do Prof. Ney Strauch, diretor do DEDIGEO, focalizando “A Geografia Econômica e seu Objeto de Estudo”, o Curso foi realizado no Liceu Literário Português, às terças e sextas feiras, com carga horária total de 22 horas, encerrando-se no dia 31 de outubro.

Além da aula inaugural, o Curso desenvolveu os seguintes assuntos: “O Homem e seu papel na vida econômica: A população em suas implicações na vida econômica (a distribuição, composição etária, nível cultural, especialização profissional, tendências da população. Setores de Atividade” — Sonia Alves de Souza; “A organização do espaço econômico: o núcleo e a periferia” — Aluizio Capdeville Duarte; “Estruturas urbanas e as novas formas de relações econômicas (distribuição de bens e prestação de serviços; relações cidade-campo” — Dulce Pinto; “O estágio de desenvolvimento da indústria brasileira. As áreas industriais do País” — Diva de Quina Almeida; “Os espaços agrícolas. A agricultura moderna e a lavoura tradicional. Problemas da agricultura brasileira” — Jane de Abreu Ferro; “Panorama Geral de Mineração no Brasil — aspectos dinâmicos e de estagnação. Os diferentes estágios de extrativismo vegetal através de uma visão regional” — Carlos Goldenberg; “A organização dos transportes e o papel dos portos no desenvolvimento do comércio” — Armely Maricato; “Retrospecto do desenvolvi-